

25 de Fevereiro de 2010 - 17.00 Horas

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: Associação Portuguesa de Árbitros de Futebol
Presidente: Luís Guilherme

Recebidos por: Deputados da Comissão de Educação e Ciência

Assunto: Petição: “Pela Verdade Desportiva”

Exposição: O Senhor Luís Guilherme iniciou a sua intervenção reconhecendo que os árbitros e demais agentes desportivos são favoráveis à criação de condições efectivas para se atingir a verdade desportiva, lamentando, no entanto, o facto de os meios de comunicação social não se preocuparem com essa mesma verdade quando não estão em causa os grandes clubes desportivos.

Fez ainda alusão à necessidade de se investir na formação dos árbitros, que é, neste momento, uma formação rudimentar. Existem actualmente cerca de 3000 árbitros, quando deveriam existir 8.500. Esta carência prende-se, não apenas com a ausência de formação, mas com o clima de suspeição à volta do desporto e do futebol, em particular. A questão da fiscalidade constitui outro constrangimento e um real desincentivo ao interesse dos jovens pela arbitragem, quando aos 14/15 anos têm de passar recibo verde, perdendo eventuais bolsas a que tinham direito, prejudicando também o seu agregado familiar.

Voltando ao objecto da Petição, considerou ainda que a introdução de meios tecnológicos contribuirá para a verdade desportiva, mas não resolverá o problema, porque se resume o futebol português aos três grandes clubes. Assim, urge criar condições efectivas para que os vários agentes possuam condições de formação e educação que contribuam para a verdade desportiva, não podendo o poder político dissociar-se desta questão. A APAF defende a verdade desportiva, mas considera que ela não pode circunscrever-se a meros movimentos casuísticos, que abordam apenas parte dessa verdade.

Intervieram, seguidamente, os Deputados Paulo Cavaleiro (PSD) e Rosalina Martins (PS), que colocaram questões e apresentaram as suas posições em relação a esta matéria.

Nesta sequência, o Senhor Luís Guilherme concluiu, referindo que esta questão não se encontra na agenda da FIFA e da UEFA, reconhecendo que estes organismos terão problemas mais importantes para resolverem.

Apresentou ainda algumas reservas quanto à capacidade e à preparação do desporto profissional para dispor de todos estes meios tecnológicos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Quanto ao papel do Parlamento, considerou essencial e urgente que intervenha no que à formação dos árbitros diz respeito.

O Senhor Deputado João Sequeira, relator da Petição, fez uma breve síntese das intervenções, reconhecendo o consenso que existe entre os vários Grupos Parlamentares sobre esta questão, considerando, no entanto, que a Assembleia da República possui pouca margem de actuação. Concluiu, aludindo ao papel do Parlamento, que promoveu uma discussão que ainda não foi feita no seio do movimento associativo.

Palácio de São Bento, 25 de Fevereiro de 2010

A assessora da Comissão

Cristina Tavares